

MOVIMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS NA ORIGEM DO CABOVERDIANO: INFLUXOS INSULARES E CONTINENTAIS

SOCIOHISTORIC MOVEMENTS AT THE ORIGIN OF CAPEVERDEAN:
INSULAR AND CONTINENTAL INFLOWS.

**Ulisdete Rodrigues de Souza
Rodrigues**

ABSTRACT: This article deals with the sociohistoric movements present in the formation and diffusion of the Capeverdean Creole and on the basis of the hypotheses regarding the origin of the Pidgin/Creole of the West Coast. The objective is to present, from a perspective of the Crioulistics, the insular and continental influxes of acts and facts that have made Capeverdean a language involved in discussions about the origin of its island varieties and its own origin on the African continent. The study comprises the most representative linguistically and socio-historically varieties – Santiago and Fogo (Sotavento) and Santo Antão and São Vicente (Barlavento). The conclusion is that the convergence of contact between different peoples and languages and settlement in migratory flow and reflux in different places and times determined the complex nature of the Capeverdean. The references are Carreira (1983), Couto (1994) and Rougé (1994), among others.

KEY-WORDS: Capeverdean; Linguistic Contact; Crioulistics.

RESUMO: Este artigo trata dos movimentos sócio-históricos presentes na formação e difusão do Crioulo Caboverdiano e na base das hipóteses relativas à origem do Pidgin/Crioulo da Costa Oeste Africana. O objetivo é apresentar, na perspectiva da Crioulística, os influxos insulares e continentais de atos e fatos que fizeram do Caboverdiano uma língua envolta em discussões quanto à origem de suas variedades insulares e à sua própria origem no continente africano. O estudo compreende as variedades mais representativas linguística e sócio-historicamente – Santiago e Fogo (Sotavento) e Santo Antão e São Vicente (Barlavento). A conclusão é a de que a convergência do contato de diferentes povos e línguas, e do povoamento em fluxo e refluxo migratórios em distintos locais e épocas, determinou a complexa natureza do Caboverdiano. As referências são Carreira (1983), Couto (1994) e Rougé (1994), entre outras.

PALAVRAS-CHAVE: Caboverdiano; Contato Linguístico; Crioulística.

Editor-Gerente

[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

Editores

[Detoubab Ndiaye](#), Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus II

[Dr. Pedro Acosta Leyva](#), UNILAB - São Francisco do Conde /Ba, Brasil

MOVIMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS NA ORIGEM DO CABOVERDIANO: INFLUXOS INSULARES E CONTINENTAIS

Ulisdete Rodrigues de Souza Rodrigues¹

A Crioulística é o ramo da Linguística– ciência dos estudos da linguagem – que se dedica ao estudo das línguas crioulas e pidgins, tratando de sua formação e evolução.² Esse campo está inserido na macroárea do Contato Linguístico ou da Linguística do Contato (MELLO, 2011), que abarca esse e outros temas relativos a línguas e variedades em contato, bilinguismo, diglossia e padronização linguística entre outros.

De acordo com a Crioulística, uma língua crioula surge em situações de contato entre povos multilíngues, num sistema de escravidão. Nesse contexto, um povo é retirado de seu território e levado para outro por um povo dominador, que impõe sua cultura e língua ao povo dominado. Inicialmente, surge uma variedade de comunicação emergencial denominada *pidgin*, que não é língua materna dos grupos em presença. Com o passar do tempo e das gerações, surge uma nova língua – a língua crioula.

E, para o estudo das línguas crioulas e pidgins, a Crioulística postula ser indispensável o conhecimento sócio-histórico. No caso do Caboverdiano, é importante investigar sua sócio-história do cenário das ilhas ao contexto maior dos continentes europeu e africano, e vice-versa, para observar os movimentos sócio-históricos que determinaram a formação da língua materna de Cabo Verde como uma língua caracterizada por polaridades dialetais de sul (Sotavento) e de norte (Barlavento), mas considerada língua una no Arquipélago.

Na origem do Caboverdiano

O Caboverdiano é uma língua crioula de base lexical portuguesa, falada no Arquipélago de Cabo Verde. Esse arquipélago localiza-se entre o trópico de Câncer e o Equador, a aproximadamente 500 km das costas do Senegal e da Mauritânia, e a 385 quilômetros de distância da Costa Oeste da África Ocidental. Cabo Verde é um dos cinco arquipélagos atlânticos que compõem a Macronésia, junto com os Açores, a Madeira, as Selvagens e as Canárias. É formado por dez ilhas e cinco ilhéus, organizadas de acordo com os ventos alíseos. As ilhas de Sotavento (sul) compreendem Santiago, Fogo, Maio e Brava e os ilhéus de Luís Carneiro, Sapado Grande e de

¹ Professora Doutora do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: ulisdete@gmail.com

Cima. As ilhas de Barlavento (norte), Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Boa Vista, Sal e os ilhéus Branco e Raso.

Na origem da Língua Caboverdiana, Crioulo Caboverdiano ou, simplesmente, Caboverdiano, inicialmente, figuram Portugal e as nações aliadas de Espanha, Flandres, França e Inglaterra. Esses países passavam por uma grande revolução de paradigmas – pensamentos, comportamentos e ações – quando Cabo Verde é descoberto em meados do séc. XV. O impulso de tecnologias novas ou renovadas, como as caravelas, a bússola, o astrolábio, os canhões, a pólvora, entre outras, havia gerado ondas de movimentos sócio-históricos em mares nunca dantes navegados que iriam repercutir em todo o globo. O novo mundo se descortinava na Era dos Grandes Descobrimentos.

Nesse contexto, fatores decisivos contribuíram para a primazia de Portugal. Entre eles, as vantagens geográficas do país em relação às outras nações, porque todas as escalas de navegação passavam por suas costas, entre o norte e o Sul. Além disso, enquanto partes do mediterrâneo estavam sob domínio de árabes, venezianos, genoveses e catalães, a colaboração de marinheiros italianos garantiram o êxito de Portugal pelas portas do Atlântico. E, na segunda metade do século XIII e durante o XIV, surgiu uma classe burguesa forte e empreendedora no país que se dispôs a financiar o ousado empreendimento das descobertas.

E as descobertas foram muitas: de 1418 a 1420, Portugal descobriu o Arquipélago da Madeira. Em 1439, os Açores. Em 1444, a Guiné e o Cabo Verde, península na costa senegalesa que serviu de referência para o nome do Arquipélago de Cabo Verde. As Ilhas de Cabo Verde, em 1456. A costa do ouro, atual Gana, em 1471 e o Cabo da Boa Esperança, em 1488. Em 1492, Cristóvão Colombo, italiano a serviço da Espanha, descobre a América. Vasco da Gama contornou a África, em 1498. Pedro Álvares Cabral descobre o Brasil em 1500. E Fernão Magalhães dá a volta ao mundo, de 1519 a 1522 (PAIGC, 1974, p. 68-72).

No período, o Reino contava com fraco contingente populacional. Então decidiu começar o comércio de escravos na África para povoar e explorar as novas colônias. Os primeiros contingentes foram obtidos no Magrebe, com os guanches das Ilhas Canárias, os azenegues da Mauritânia e africanos do curso do Rio Senegal. Esses escravos, segundo carreira (1972, p. 122), foram escambados pelos chefes ou “régulos Jalofos e vendidos aos europeus”. Entre 1445 e 1450 começaram as capturas ou “resgates”, nome dado em alusão ao suposto resgate das almas pagãs para se tornarem cristãs, na Ilha de Arguim na região da Mauritânia. Em seguida, passou do Rio Senegal ao Gâmbia.

² Para conhecimento aprofundado, podem ser consultadas as obras de Todd (1982), Holm (1984), Couto (1996).

Na fase inicial, a captura dos escravos era feita por meio de entradas e assaltos noturnos, nos quais portugueses e espanhóis aprisionavam habitantes das Ilhas Canárias. A partir de 1444, cerca de 500 escravos eram capturados anualmente. Enquanto alguns eram vendidos para Sevilha e Cádiz, na Espanha, outros eram enviados para o sul de Portugal em substituição à mão-de-obra branca. Nesse cenário, emerge o Arquipélago de Cabo Verde para a história.

Desde a sua descoberta, Cabo Verde foi fonte de disputa entre Portugal e Espanha, e objeto de cobiça de piratas e corsários. O Arquipélago foi transformado em entreposto comercial determinante na escala de navegação nos tempos do tráfico, devido à sua posição geográfica estratégica no Atlântico, conforme comentado adiante. Entre os prováveis descobridores das ilhas estão os italianos Alvise Cademosto e António de Noli, e os portugueses Diogo Gomes e Vicente Dias. Consta que esse último contornou uma das ilhas em 1445.

O piloto Anônimo de 1784 (*apud* CARREIRA, 1985, p. 19) relata que o Arquipélago foi descoberto, em 1445, por António de Noli, que, junto com o irmão Bartolomeu e o sobrinho Rafael, participaram das descobertas na África, façanha que estava sendo empreendida pelo infante D. Henrique. Ele havia mandado Diniz Fernandes para a região em 1443, e, em 1460, referiu-se às ilhas que havia doado a D. Fernando, seu sobrinho espanhol. A descoberta das ilhas é creditada a Diogo Afonso, escudeiro de D. Fernando (SILVA REGO, 1966, p. 07).

Em outro momento, o Anônimo de 1784 (*apud* CARREIRA, 1985, p. 20) informa que a doação das ilhas foi feita por D. Afonso V, rei de Portugal, ao Infante D. Fernando, seu irmão e príncipe de Espanha. Assim, em 1460, período em que já havia sido descoberta a Guiné, Cabo Verde é descoberto oficialmente, mas só mandado povoar em 1462. Pelos documentos oficiais, os portugueses encontraram “só multidão de aves e pescaria”, mas nenhum homem. Alguns historiadores contestam, acusando que as ilhas de Cabo Verde figuravam em mapas variados antes do século XV e eram também conhecidas por africanos, gregos e geógrafos árabes.

Em 1462, Portugal decidiu integrar as Ilhas de Cabo Verde às suas estratégias comerciais, mandando povoar a Santiago. A ilha ficava próximo o suficiente do continente africano para os navios do Reino aportarem, e distante o bastante dos Rios da Guiné para se evitarem ações ofensivas dos poderes africanos. Essa posição estratégica do Arquipélago no Atlântico favorecia os planos do Reino na Guiné ao mesmo tempo em que oferecia condições para a criação de uma sólida base de apoio e intercomunicação.

O Reino de Espanha alegava direitos sobre essa descoberta portuguesa, mas Portugal manteve sua posição e dividiu, oficialmente, as ilhas entre dois donatários: o genovês António de Noli e o português Diogo Afonso. Noli fundou a Vila de Ribeira Grande, sede da colônia. Diogo Afonso, a de Nossa Senhora da Luz, mais conhecida por Alcatrazes. Segundo registros constan-

tes no documento do Anônimo (1784 *apud* CARREIRA, 1985, p. 20), o povoamento de Santiago ficou a encargo D. Fernando, príncipe de Espanha e irmão do rei de Portugal.

Na parte sul do Arquipélago, a ilha de Santiago, capital da colônia de Cabo Verde, consoante o piloto anônimo de 1784 (*apud* CARREIRA, 1985, p. 25), foi descoberta “habitada de muitos homens pretos, que por tradição se dizia ter procedido de um rei Jalofo”. Para Carreira, no entanto, esses jalofo integravam grupos pequenos que ancoraram na ilha por fatalidade, enquanto os números expressivos de jalofo, na realidade, teriam sido trazidos do Reino do Caio por Pero Vaz, em 1448, e chegaram após os portugueses.

A Ilha de Santiago é descrita pelo piloto anônimo de 1784 (CARREIRA, 1985, p. 22), como “a mais rica e dotada pela natureza”, e que “está mais fronteira ao mesmo Cabo-Verde, em distância de 100 léguas”. Na sua sede, Ribeira Grande, concentram-se muitos dos fatos que repercutirão nas ilhas do sul e do norte. Entre elas, a ilha vizinha chamada de Fogo por causa, segundo o referido piloto (1748 *apud* CARREIRA, 1985, p. 29), de “um pico de grande altura para a parte leste, que dizem terá, pela linha imaginária, uma légua até o cume, de onde saía um grande Vulcano”.

Para povoar Santiago, Verlinden (1963, p. 33) conta que Noli trouxe três barcos italianos maiores que as caravelas portuguesas, nas quais, conforme Carreira (1972, p. 21) vieram “portugueses do Alentejo e do Algarve e, provavelmente, de outras áreas do país, talvez, mesmo do norte, todos em número reduzido”. Mendes Corrêa (1954, p. 25) acresce “fidalgos de Portugal, genoveses e espanhóis ou seus descendentes e alguns flamengos, (...) criados e outros trabalhadores como artífices e trabalhadores braçais”.

Em 1490, a Ilha do Fogo foi doada a Diogo Afonso, que levou somente animais e escravos para lá. Para Andrade (s/d, p. 47), “provavelmente foi a segunda a ser povoada, antes do fim do século XV”. Outros autores, no entanto, argumentam que a primeira notícia sobre Fogo é dada apenas em 1503, quando são arrendados seus direitos juntamente com Santiago. Essa ligação desde o início da formação do povo e da língua de Cabo Verde, fez com que muitos estudiosos afirmassem que a história de Fogo se desenvolveu às sombras de Santiago.

Entre os primeiros povoadores da Ilha do Fogo, cuja capital foi estabelecida em São Filipe, Ribeiro (s/d, p. 37) destaca “reinóis portugueses (...) seus servos, trabalhadores humildes e escravos negros, recrutados entre as populações do litoral da Guiné (...) estrangeiros, menos do que nas atlântidas dado o caráter inóspito da natureza caboverdiana”. De acordo com Andrade (s/d, p. 47), esses estrangeiros eram os servos brancos de D. Fernando e seus escravos.

Carreira (1983, p. 54) diz que o Reino enviou “portugueses, genoveses, sevilhanos, castelhanos e outros” para Santiago e Fogo. Mendes Corrêa (1954, p. 139) destaca a presença de

judeus e degredados: “judeus, mouros, mais cedo ou mais tarde; em número maior ou menor, espanhóis, holandeses, ingleses, franceses, indianos”. Para povoamento dessas duas ilhas de Sotavento, em 1461, chegaram alguns casais do Algarve com os primeiros donatários.

Mas, na explicação de Lopes de Lima (1844 *apud* RIBEIRO, s/d, p. 38), por causa da distância e das dificuldades impostas pelo clima e pelo solo das ilhas, o infante D. Fernando precisou solicitar ao rei de Portugal “liberdades e franquezas” para os colonos. Diante disso, o Reino promulgou a Carta de Privilégios de 1466, documento que autorizava aos portugueses instalados em Santiago o resgate de escravos na Guiné para o povoamento.

Dessa forma, Noli, Diniz Eannes e Ayres Tinoco resgataram “grande número de escravos para o arroteamento das terras” (CARREIRA, 1972, p. 21). Dentre eles, conforme Tenreiro (1956), africanos “das etnias Felupe, Jalofo, Balanta, Papel e Bijagó, provenientes de grupos da Costa da Guiné, aproximadamente a margem sul do Senegal ao Rio Orange, no limite de Serra Leoa”, e também fulas e sudaneses (RIBEIRO, s/d, p. 37).

Aos poucos, a captura violenta de escravos ou assaltos começava a ser substituída pela tática dos tratos de comum acordo entre as partes, europeus e régulos africanos, para que o quantitativo de escravos fosse aumentado sem o empreendimento de maiores esforços pelos europeus. Os escravos passaram a ser negociados com os régulos de cada região por meio de compra direta, comércio mudo ou permuta por mercadorias de necessidade ou preferência.

Muitos escravos foram trazidos da Guiné para trabalharem na cultura do algodão do Fogo, que produziria uma panaria bem cotada nos tratos e resgates da costa africana. Todavia, entre os povoadores de Santiago e Fogo não se encontram apenas escravos, mas também seguiam com negociantes e capitães de navios africanos livres, como “banhuns, cassangas e buramos, os quais por a continuação e comunicação que têm com os nossos portugueses, são mui ladinos e falam muitos a língua portuguesa (...) indo-se fazer cristãos a ilha de Santiago” (BRASIO, 1600 *apud* CARREIRA, 1972, p. 310).

Gradativamente, foi acontecendo a migração de moradores da Ribeira Grande e “muitos negros cativos” para a ilha do Fogo (AMARAL, 1964, p. 35), ao mesmo tempo em que alguns escravos eram enviados para cuidarem de animais e culturas nas outras ilhas. Iniciava-se, assim, o “movimento silencioso, não captado pelas fontes oficiais” do povoamento das outras ilhas do Arquipélago, em especial as de Barlavento (MENDES CORRÊA, 1954, p. 130).

Em 1476, Santiago é atacada pelo Reino de Espanha, e o donatário António de Noli alia-se à Espanha. Ele só volta a ser vassalo do reino português, quando Portugal e Espanha concluem o Tratado das Alcáçovas, em 1479. Por esse tratado, a Espanha reconhecia o direito de Portugal sobre a Guiné e Cabo Verde (VERLINDEN, 1963, p. 44).

Nesse meio tempo, de acordo com Carreira (1972, p. 108), a produção e o comércio de Santiago haviam progredido. Os recursos da ilha concentravam-se no cultivo de cereais, criação de gado, apanha da urzela, sal e chacina das cabras. No Fogo, o milho era para subsistência e o algodão, para comércio. O Arquipélago havia se tornado o principal fornecedor de gado para a costa da Guiné no comércio com grupos de “Jalofos, Mandingas e Fulas”.

Em Santiago, a primeira paróquia de Ribeira Grande foi fundada em 1462. Os sacerdotes foram mandados à Ilha pelo infante D. Fernando, em 1466, para converter os africanos que estavam sendo resgatados pelos europeus (MENDES CORRÊA, 1954, p. 129). Em Fogo, de acordo com Ribeiro (s/d, p. 15), existiam “clérigos e cônegos tão negros como azeviche, que fariam inveja pelo seu saber e compostura, aos das nossas catedrais”.

Em 1533, foi criada a Diocese de Santiago. Os sacerdotes eram os responsáveis pela ladinização dos escravos e, conseqüentemente, em alguma medida, por parte da transformação das línguas em contato. O processo de ladinização, em si, compreendia o ensino do Português e o de um ofício aos escravos e só terminava quando eles conseguissem comunicar-se por um pidgin de base portuguesa ou aprendessem ofício de carpinteiro, ferreiro entre outros.

Os padres e assistentes cuidavam do batismo, da catequização e do ensino do português. Carreira (1977, p. 27) destaca que, do ensino de ofícios manuais, encarregavam-se “os brancos artesãos, muitos deles degredados”. Os escravos ladinos, ou seja, treinados em algum ofício e rudimentos da Língua Portuguesa, tinham alta cotação, enquanto era baixa a dos escravos boçais, aqueles sem aprendizado algum. Era certo que os escravos deveriam ser ladinizados no entreposto de Santiago antes de serem levados para Portugal, Madeira, Canárias, Sevilha, Cádiz, Antuérpia e Índias de Castela, em especial as Antilhas.

Nas ilhas de Santiago e Fogo, a mestiçagem foi desencadeada cedo, devido à “escassez de moradores e a forma ampla com que se planeia o povoamento” (TENREIRO, 1956, p. 9). Em 1513 havia 162 habitantes na Ribeira Grande, sendo “58 brancos moradores, 56 naturais de Portugal, 12 padres, 4 mulheres brancas solteiras, 16 negros e negras” (CARREIRA, 1977, p. 26). No Fogo, o número de mulheres europeias era diminuto e esse foi um dos motivos da miscigenação entre europeus e escravas nessa e noutras ilhas.

Em Cabo Verde, Andrade (s/d, p. 44) confirma que a “miscigenação do sangue, da língua e da Cultura teria também a contribuição de espanhóis, franceses (normandos e bretões), ingleses, holandeses e outros”. Daí que, no cômputo geral, como conta Feijó (*apud* CARREIRA, 1972, p. 64), resultaram “as três castas que há no Paiz: brancos (...) pretos (...) mulatos (...) esta última casta aumentou muito quando começaram no século XVI a ser mandados (...) degredados (...) não descontinuando nunca a introdução da escravaria na costa”.

Em 1512, o entreposto foi deslocado para Lisboa, mas Santiago continuava a ser escala de navios vindos da Guiné. E, de 1510 a 1513, Santiago, Fogo e Maio foram concedidas a um só arrendatário. Em 1528, a Ilha do Fogo foi doada ao Conde de Penela, e, em 1532, foi nomeado um Feitor dos tratos dos algodões. Toda a produção dessa ilha era permutada por escravos e outros itens na faixa costeira da Guiné; sua panaria transformou-se em moeda corrente entre a Guiné e outros territórios estrangeiros.

No século XVI, a capital da província, Ribeira Grande, havia prosperado e começava a despontar a Vila de Nossa Senhora da Praia, atual capital de Cabo Verde. De 1530 a 1549, a entrada de escravos em Santiago manteve-se regular, apesar da exigência de que os escravos fossem levados a Lisboa. Os colonos de Santiago descendiam dos primeiros donatários, sesmeiros e escravos, e alguns migraram para o Fogo, onde os moradores passavam a proprietários da terra gradualmente (cf. SILVA REGO, 1966, p. 18).

De 1574 a 1580, Santiago e Fogo, em conjunto com toda a Guiné, foram arrendadas a dois portugueses. Carreira (1977, p. 27) relata que, em 1582, havia em Santiago 11.700 escravos e, no Fogo, havia 2.000. Eram 1.608 habitantes residentes brancos e pardos (mestiços) livres e 400 forros, casados. Os escravos representavam 87, 3% da população num total de 13.700, dos quais 4.500 eram convertidos e 2.000 instruídos com esse fim.

Nessa época, o algodão de Fogo continuava a ser usado nos tratos da Costa da Guiné e do Rio São Domingos. No entanto, longos períodos de estiagem geraram crises de fome no Arquipélago. Nas crises de 1580 a 1583 e de 1590 a 1594, muitos grupos de africanos e mestiços naturais da terra, os chamados “pretos da terra”, saíram de Santiago e Fogo para a Guiné. Esse período de fome coincidiu com o início da dominação espanhola, que duraria de 1580 a 1640, sobre Portugal e Cabo Verde.

Os primeiros casos de alforria no Arquipélago são registrados a partir de 1580. Inicialmente, consoante Carreira (1972, p. 369), a alforria era concedida aos escravos dos mouros e dos gentios que, doutrinados e ensinados na fé, tendo perseverado até serem batizados, deveriam ser avaliados por um preço considerado favorável à sua liberdade. Eles deveriam ser libertados caso não fossem vendidos três meses após o batismo.

No início do século XVII, em Santiago, Fogo e outras ilhas, os senhores alforriavam os escravos quando estavam à beira da morte para obter a graça da expiação dos seus pecados. Esses escravos libertos iriam contribuir também para o povoamento das outras ilhas ocupadas apenas por escravos anteriormente. Dentre essas outras ilhas, encontram-se Santo Antão e São Vicente, ilhas de Barlavento, região norte do Arquipélago.

A Ilha de Santo Antão, segundo dados do piloto anônimo de 1784 (CARREIRA, 1985, p. 34), estava “em distância de 48 léguas da ilha de Santiago. Inacessível por toda parte por causa dos rochedos, tem de ir por serras a pique, por cima do mar”. Próximo a essa, a Ilha de São Vicente era uma das ilhas chamadas “Desertas” juntamente com Sal e Santa Luzia. De acordo com esse piloto (1784 *apud* CARREIRA, 1985, p. 36), ela era a maior, “quase toda árida, não produz mantimento, algodão e urzela (...) tem um Porto que é o melhor de todas estas partes; é uma grande baía abrigada de todo o vento”.

O povoamento das ilhas de Barlavento deveu-se à necessidade de produzir mercadorias para o comércio em geral e para o tráfico no Arquipélago. Silva Rego (1966, p. 40) descreve que, antes que os moradores de outras ilhas e as autoridades responsáveis se decidissem por uma colonização efetiva, se passou algum tempo enviando para as ilhas do norte do Arquipélago apenas escravos, “gente sem importância social”. Por esse motivo, o que se dizia das ilhas de Barlavento é que eram “Povoadas de cabras e não de gentes”.

Para Santo Antão, conforme Lopes de Lima (1877 *apud* FERRO, 1998, p. 19), não foram enviados povoadores logo após a descoberta, e a ilha “ainda mais por meio século se conservou despovoada”. Em 1538 ou 1548, Santo Antão foi doada a João de Souza. Esse donatário e seus colonos foram liberados para resgatar na Guiné, isentos do pagamento de tributos ao Reino como uma forma de incentivo ao povoamento.

A Ilha de Santo Antão começa, então, a ser povoada no início do século XVI, quase meio século depois das Ilhas de Sotavento. Silva Rego (1966, p. 11) refere-se ao fato de o povoamento dessa ilha ter começado com escravos, antes de 1548, e que havia na ilha “gado sendo explorado industrialmente para carne, peles e sebo.” Ainda em 1606, o Padre Barreira (1606 *apud* FERRO, 1998, p. 21) reforçou em seus escritos que, em Santo Antão, São Nicolau e Boa Vista, não havia “mais do que gado”.

Antes dos séculos XVII e XVIII, os vizinhos de Santo Antão e São Nicolau levavam o gado para São Vicente, que, por esse motivo, era conhecida como uma das “Ilhas-Montado”. Eles apanhavam urzela, recolhiam âmbar e animais marinhos na ilha. Livres ou escravos, os moradores eram parceiros de caçadores clandestinos que faziam chacinas de gados nas ilhas e comercializam carnes e couro com diversas partes do continente. Eles também eram cúmplices de estrangeiros que, às vezes, reparavam as forças ou construía, ali, suas embarcações.

A ilha de São Vicente, como informado pelo piloto anônimo de 1784 (*apud* CARREIRA, 1985), possuía um porto natural chamado Porto Grande. Era conhecida pelos navegadores como “La garganta”, e, por isso mesmo, serviu de entreposto clandestino à navegação continental. Segundo Correia e Silva (2000, p. 22; 32), nos finais do século XVII, “baleeiros americanos,

comerciantes ingleses, piratas de diversas proveniências escalam São Vicente e recobram as forças”. No século XVII, é mandado “um sindicante (...) para coibir a clandestinidade entre estrangeiros e nacionais.

Em 1724, o donatário de Santo Antão, Marquês de Gouveia, vende a ilha aos ingleses, e a população só toma conhecimento do ocorrido quando um navio inglês aporta na ilha e deixa um intendente. Tempos depois, casais ingleses chegam para ocupar a ilha. Quase meio século, os ingleses foram expulsos, e D. João IV, monarca de Portugal, resolveu, então, ordenar o povoamento da ilha por portugueses e por espanhóis vindos das canárias.

Em Santo Antão, desde o início, houve grande miscigenação. Em 1731, essa era a segunda ilha mais populosa do Arquipélago com 4.302 habitantes. Desse total, eram 10 brancos, 1.746 mulatos, 1.900 forros e 646 escravos (FERRO, 1998, p. 20). E essa população mestiça sofreu com fomes e epidemias. Nas crises de 1741 a 1742 e de 1773 a 1775, mesmo com a intervenção da Companhia do Grão Pará e Maranhão, criada na segunda metade desse século XVIII em Portugal, houve 5.000 vítimas na ilha até meados de 1774.

A alforria em Santo Antão começou, em 1759, com a libertação dos 1.096 escravos do Duque de Aveiros que havia sido executado em Belém, após atentado contra D. José, rei de Portugal. Lopes de Lima (1877 *apud* Ferro, 1998, p. 20) assegura que a ilha foi devolvida para a Coroa “toda povoada d’escravos, que os seus ricos donatários ali tinham introduzido da Guiné, e com os quais a tinham unicamente colonizado, sem admitirem casaes Europeus”.

Em 1781, o Reino determinou que a Ilha de São Vicente fosse povoada, e propôs aos insulanos isenção de impostos por dez anos. Todavia, os moradores de Santiago e de Fogo não se animaram. Em 1793, no entanto, um português residente no Fogo propôs levar 20 casais livres e 50 escravos para a Ilha (CORREIA E SILVA, 2000, p. 37). O acordo foi fechado em 1795, mas o Reino insistia que o povoamento não fosse feito somente por insulares, mas também por casais de Portugal e dos Açores.

A partir de 1785, a falta de chuvas instala a crise de 1790 em todas as ilhas. Em 1791, morreram mais de 8.000 pessoas no Arquipélago. Alguns anos depois, em 1797, foram instalados em São Vicente os primeiros colonos vindos do Fogo. Houve um período de muitas chuvas, naquele ano, o que estimulou os insulares a começarem o povoamento da ilha.

Em, 1801, na Ilha de Santo Antão, as terras da Ribeira da Torre e outros lugares foram distribuídas aos habitantes como “bens de raiz” (cf. ROCHA, 1990, p. 93). Entretanto, essa alegria que foi ofuscada pela longa estiagem que culminou numa crise de fome de 1804 a 1806. De 1824 a 1826, a crise foi amenizada com os rendimentos da urzela à revelia do Reino.

Em 1821, o governador trouxe 298 pessoas de Santo Antão para residirem em frente ao Porto Grande em São Vicente. Agora, camponeses sem-terra, degredados insulares e recém-chegados, todos poderiam ir para a ilha. Nessa altura, conforme Correia e Silva (2000, p. 50-53), a maior parte dos moradores era oriunda “de Santo Antão e não descendente dos fogueenses”. Mas, ainda assim, o povoamento de São Vicente não progredia.

Segundo Correia e Silva (2000, p. 48), “desde 1813, vegeta uma população diminuta (...) aventureiros, pastores de rebanhos alheios, prostitutas e degredados.” De 1823 a 1826, a Fome do Pai Thomaz em Santo Antão refletiu em São Vicente. De 1831 a 1833, a fome reduziu a população de Santo Antão. Mas, passada essa fase, em 1836 e 1850 são criadas as primeiras escolas primárias da ilha com ensino ao encargo dos padres (CARREIRA, 1972, p. 442).

Do final do século XVIII até o século XIX, os americanos tinham grandes parceiros comerciais de Cabo Verde (cf. Correia e Silva, 2000, p. 40-43). Entre 1812 e 1814, no entanto, com a guerra entre americanos e ingleses, São Vicente perdeu o comércio de peles, gado, sal e pescado. Todavia, com a oferta de isenção de direitos para investimentos aos estrangeiros, Portugal garantiu que, em 1838, fosse instalado em São Vicente o primeiro armazém pelo Capitão John Lewis para abastecer a British East Indian.

Essa concessão de direitos, contudo, aplicou-se somente à Inglaterra, país que, por volta de 1836 havia se aliado a Portugal em torno da abolição da escravatura, o que, de fato, só veio a acontecer definitivamente no Arquipélago por volta de 1876/8. Foi por meio dessa concessão que a companhia inglesa Royal Mail Steam Packet construiu seus armazéns na capital da ilha de São Vicente, Mindelo, para abastecer os navios no trajeto Inglaterra-Brasil.

E, assim, de 1850 a 1860, acontece o chamado “povoamento significativo” de São Vicente, incentivado pelo Cônsul inglês John Rendall e seus armazéns de carvão em frente ao Porto Grande do Mindelo. Em 1851 foram criadas as comarcas de Sotavento e Barlavento. De 1851 a 1896, fundaram-se outras companhias carvoeiras. A revolução trazida pelos vapores ingleses atraiu ondas migratórias para São Vicente. Nessa altura, caracterizado por falares ou variedades insulares do sul e do norte, o Caboverdiano estava consolidado nas ilhas.

Na origem do pidgin/crioulo da Costa Oeste Africana

Na origem do pidgin/crioulo da costa oeste africana, encontram-se a Hipótese da Linguagem de Reconhecimento (NARO, 1978, 1993), a Hipótese Continental ou Guineense (CARREIRA, 1972, 1983; COUTO, 1994, 1995), a Hipótese Insular ou Caboverdiana

(CARREIRA, 1972, 1983) e a Hipótese Ambígua (ROUGÉ, 1994; COUTO, 1994), todas elas diretamente relacionadas à gênese do Caboverdiano.

A Linguagem de Reconhecimento é a hipótese desenvolvida por Naro (1978) que aventa o surgimento de um pidgin em Portugal, em torno de 1400, quando D. Henrique ordenou o ensino de Português aos escravos que serviriam de intérpretes. Esse era um sistema de comunicação utilizado por dois ou mais grupos sem competência nativa. Dados linguísticos em peças teatrais quinhentistas e crônicas de viajantes atestam essa hipótese.

Nas descobertas, os portugueses capturavam alguns escravos para intermediar contatos posteriores com os nativos. No início das explorações pela costa do Saara, em 1435, esses intérpretes eram árabes ou azenegues. Em Lisboa, montou-se estoque de tradutores de Português-Berber. No oeste da África, os intérpretes árabes foram substituídos pelos africanos, a quem era ensinada alguma versão do português.

As primeiras capturas na costa africana ocorreram a partir de 1444. Nas primeiras viagens, o contato era feito por gestos ou comércio mudo; nenhum contato linguístico teria sido estabelecido. Para Naro (1978, p. 320), isso só ocorreu na Europa, quando “alguma espécie de português” foi ensinada aos africanos. O Historiador Russel (1995, p. 9-14) confirma a existência de comunidade africana falante de português em Lisboa, em 1400, composta por escravos azenegues e jalofos principalmente.

Os religiosos do Monastério de São Bento e Santo Elói eram especializados em ensinar rudimentos da Língua Portuguesa aos africanos capturados. Mais tarde, porém, príncipes do Congo e filhos de nobres Bantu vieram também aprender língua, religião e cultura em Portugal. Naro (1978, p. 335) defende que os mestres portugueses modificaram sua fala para evitar complicações morfosintáticas, e apresentavam aos africanos “uma versão do português que já tinha sofrido modificações”.

Essa linguagem de reconhecimento, ou pidgin português, era usado de inferiores para superiores, de superiores para inferiores e entre iguais, nas situações em que um dos interlocutores não falasse o Português. Os agentes de difusão na costa oeste da África teriam sido os “lançados”, homens que se aventuravam em terras desconhecidas em busca de enriquecimento. Em Portugal, o pidgin era um código adquirido, e a população tinha noção “de como falar para os africanos (...) chegando lá, falavam como tinham aprendido a fazer na Europa” (NARO, 1978, p. 334, 341).

Essa hipótese de Naro (1973) tem a vantagem de contemplar o cenário anterior e exterior ao da costa oeste africana, e de ressaltar o papel dos escravos-intérpretes. No entanto, Clements (1994 *apud* NARO, 1978) cogita que ela pode ser considerada somente uma instância do *Foreig-*

ner *Talk* (fala de estrangeiro). E Couto (1994, p. 33-34) adverte que a presença de africanos falando português pidginizado em Portugal não garante que o pidgin tenha sido a linguagem usada pelos portugueses na Guiné.

A Hipótese Continental ou Guineense é uma teoria corrente na Crioulística, e é descrita por Couto (1995) como sendo a hipótese que defende a formação dos crioulos nos Rios da Guiné. Por ela, os agentes da formação do crioulo português na Guiné teriam sido os lançados em contato com os grumetes (os nativos, a minoria cristianizada), tangomas (mulheres dos lançados) e filhos da terra. Os lançados misturavam-se entre os africanos e buscavam auxiliares para intermediar o comércio entre europeus e nativos. Casando-se com as tangomas ou grumetas, geravam filhos mestiços, os filhos da terra.

Para Couto (1995, p. 112-114), os lançados falavam variedade simplificada do português com *grumetes* e *tangomas*, que o reproduziam de modo mais simplificado ainda. Com a repetição constante, devido ao convívio diário, surgiu um “pidgin português”, um sistema com estratégias de simplificação e universais linguísticos em todos os níveis da gramática; uma “média do *baby/foreigner talk* dos lançados com a família e auxiliares e de sua reprodução desses com outros africanos” (COUTO, 1994, p. 19). Os filhos da terra aprenderam o pidgin, que foi nativizado pelos seus filhos e transformado em crioulo.

Os agentes de difusão desse pidgin/crioulo português da Guiné teriam sido as crianças nascidas nas Praças e Presídios. Formado por volta de 1580 (COUTO, 1995, p. 115), ele teria sido levado para Cabo Verde por intermédio dos “grupos de escravos que os traficantes transportavam para lá”, e por meio do “comércio de outros bens que havia se estabelecido entre ambas as regiões” (COUTO, 1994, p. 32). Almada (1594) destaca que os africanos do Cachéu eram “entendidos e práticos na nossa língua”.

A Hipótese Insular é aquela que aventa processo de formação e expansão do crioulo português a partir do Arquipélago de Cabo Verde. Ela é defendida por Carreira (1972, p. 337-338) que postula que o crioulo nasceu dos “contatos prolongados e assíduos entre os portugueses estantes em Santiago e no Fogo com os escravos trazidos da Costa” e que “um meio eficiente de comunicação” somente poderia ter surgido de um tipo de relação mais intensiva nas plantações e nas casas grandes.

Segundo Carreira (1972, p. 269), “nasceu “cerca de 90 anos do achamento das ilhas, o crioulo português, língua veicular entre capatazes e escravos e, em certa medida, entre os próprios escravos, quando de grupos etno-linguísticos distintos”. E teria sido pela catequese, educação e instrução nas igrejas, fazendas agrícolas, casas grandes e pelo aprendizado de ofícios que,

“se operou a formação de importante língua de comunicação verbal e social: *o Crioulo*” (CARREIRA, 1983, p.53).

Em Cabo Verde, o número de padres era expressivo. Eles representavam o poder moral e cultural nas ilhas e, como ressaltado em linhas anteriores, eram encarregados da ladinização dos escravos, ou seja, o aprendizado de rudimentos da Língua Portuguesa e algum ofício manual. O meio de comunicação entre padres e escravos eram outros escravos que tinham aprendido o português simplificado, os escravos intérpretes chamados “chalonas ou línguas”.

Em Cabo Verde, eram comuns “grupos de línguas que (...) seguiam nos navios de tráfico para os rios da Guiné, servindo de intérpretes entre as tripulações europeas e as populações locais”, conforme Carreira (1983, p. 56), que acrescenta: “a um século (se não antes) do achamento das ilhas, já existia um pidgin a facilitar o contacto e assegura convívio entre brancos e a maioria africana (...) seja a já fixada nas ilhas seja a que vinha em trânsito”.

Carreira (1972, p. 339) esclarece que, na Guiné, os padres eram poucos, havia resistência à presença da igreja na região e não havia domínio da minoria europeia sobre a maioria africana, que “viveu sempre independente e livre, mantendo intactos todos os seus valores culturais, em especial as línguas maternas” (CARREIRA, 1983, p. 31-32). Essa população africana permanecia heterogênea, num território organizado em mais de oitenta regulados de diversas etnias. Logo, o ambiente era altamente desfavorável à modificação das culturas e o aprendizado de uma língua como o crioulo.

Para Carreira (1983, p. 65), então, o crioulo de Cabo Verde e da Guiné “(o do século XIX) corresponde à língua de comunicação verbal, baseada no português de quinhentos, nascida no arquipélago”. De Santiago (1550-1600), o crioulo caboverdiano irradiou-se para outras áreas de comércio dos portugueses, tendo nos mulatos, “homens baços e pretos” seus agentes difusores (CARREIRA, 1972, p. 338, 343).

Lopes da Silva (1957, p. 32) corrobora a posição anterior, frisando que “o crioulo falado na Guiné é, não uma criação resultante directamente do contacto do indígena com o português, mas sim o crioulo cabo-verdiano de Sotavento levado pelos colonos idos do arquipélago” e que, com o passar do tempo, “ele se foi diversificando e adquirindo caracteres próprios sob a influência das línguas nativas”. A contínua emigração caboverdiana encarregou-se do espalhamento crescente do crioulo formado nas ilhas caboverdianas.

A Hipótese Ambígua postula que o Caboverdiano e o Guineense têm, na origem, o mesmo proto-crioulo. Ela é defendida por Rougé (1986), ancorado na asserção de Teixeira da Mota (1954 *apud* ROUGÉ, 1994, p. 137) de que é muito provável que tenha havido “um crioulo

caboverdiano-guineense, formado simultaneamente dos dois lados e com relativa unidade devido às influências mútuas nos dois sentidos.”

Embora Bissau e Cachéu tenham sido fundadas apenas no final de 1500, houve sociedade de habitação na Guiné. Em 1593, surgiram núcleos portugueses e africanos bem-sucedidos em São Domingos e Cachéu. Em Cabo Verde, ainda que em pequenas proporções, houve sociedade de plantação. E, sendo Santiago entreposto comercial da escravaria da costa, africanos de várias etnias da Guiné formaram uma sociedade multilíngue nas ilhas desabitadas.

Couto (1994, p. 32) observa que a ambigeneidade apoia-se no constante “fluxo e refluxo em ambas as direções”. Embora a Guiné tenha sido descoberta primeiro, Cabo Verde recebeu mais atenção dos colonizadores por causa de sua estratégica posição de rota no atlântico. Para Rougé (1994, p. 141), quando o Caboverdiano e o Guineense foram formados, o português e outros sistemas derivados dele estavam presentes na região.

Em Cabo Verde e Guiné, provavelmente ocorreram modificações no português usado entre europeus e africanos nos trabalhos dos barcos. Assim, a “língua base dos crioulos da região é (...) o português tal como era falado na Guiné e no Cabo Verde no século XVI, isto é, africanizado”, de acordo com Rougé (1994, p. 142), que conjectura: “talvez se deva também imaginar a existência de um mandinga, de um papel e de majako aproximativo.” Segundo estudos, 60% dos vocábulos africanos insular e continental derivaram das Línguas Mandé e Línguas do Oeste do Atlântico, porque foram línguas francas nas duas regiões e, também, línguas maternas dos primeiros falantes. Elas estão na base do Guineense e do Caboverdiano.

Enquanto a situação de pré-crioulização era comum a todo o continente africano, a crioulização, processo resultante de transformações sociológicas profundas, restringia-se a centros como Cabo Verde, Geba, Cachéu e Bissau. Em Cabo Verde, a organização da sociedade deu-se com africanos escravos, forros e livres, europeus e mestiços. Ali, os africanos foram perdendo, gradualmente, contato com suas línguas nativas a um só tempo em que se formava a língua de toda uma sociedade.

Na Guiné, ao contrário, não houve ruptura com as sociedades de línguas africanas, tendo a crioulização se limitado aos centros urbanos. Nesse sentido, o crioulo de Santiago também constituiu material linguístico para a formação e evolução do crioulo intra-muros na Guiné. Ali, a variação dialetal justifica-se pela ausência de simultaneidade da crioulização e pela influência das diferentes línguas maternas.

Na Guiné e em Cabo Verde, aparecem dialetos desde o início da colonização. Esse aspecto indica que a formação linguística comum a ambas as regiões poderia ser uma língua guineo-caboverdiana dialetalizada. Existe um “jogo de convergência/divergência” na crioulização do

Caboverdiano e do Guineense; e “nada permite dizer se foi o caboverdiano que foi africanizado pelos guineenses ou se foi o guineense que foi desafricanizado pelos caboverdianos” (ROUGÉ, 1994, p. 144).

Nesse sentido, alguns autores chegam a referir-se ao Caboverdiano e ao Guineense como “o crioulo português da costa ocidental africana”, por causa da semelhança estrutural e funcional entre essas línguas. Nesse particular, Lopes (1987, p. 48) completa que a comunicação entre ambos é própria de uma “língua comum”.

Considerações Finais

Neste ponto do estudo, considera-se importante destacar a relevância da sócio-história um país para a constituição de sua língua, especialmente se essa é uma língua crioula. No caso do Caboverdiano, lançar um olhar crioulistico sobre os movimentos sócio-históricos presentes na sua origem— formação e expansão em influxos insulares e continentais— permitiu revelar povos e línguas em contato e suas interações nos variados cenários insulares, em distintas épocas e tipos de povoamento, sob determinadas condições e situações de migração.

Nas ilhas de Sotavento, especificamente em Santiago e Fogo, destacam-se os movimentos sócio-históricos do (i) contato multilíngue esporádico e/ou permanente, intensivo e/ou extensivo nas ilhas de Santiago e Fogo, do primeiro quartel do séc. XV em diante, entre falantes portugueses, italianos, espanhóis, flamencos, holandeses, indianos e falantes das etnias Felupe, Jalofo, Balanta, Mandinga, Papel, Bijagó, Fula, Banhum, Cassanga, Buramo, (ii) o povoamento concentrado ou esparso em fluxo e refluxo de (iii) migrações forçadas, voluntárias e involuntárias devidas, respectivamente, à escravidão, ao comércio insular e continental autorizado ou clandestino em situação de períodos de crise de fome ou não.

Nas ilhas Barlavento, Santo Antão e São Vicente em específico, ressaltam-se os movimentos sócio-históricos de (i) contatos multilíngues prévios (Santo Antão) e tardios (São Vicente) entre falantes dos dialetos ou variedades linguísticas do Fogo e de Santiago com portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, italianos, alemães, holandeses, americanos, do século XVI ao XIX, em (ii) tipos de povoamentos “silencioso” ou ruidoso, concentrado ou esparso no território, além das consecutivas ondas de (iii) migrações ocasionadas pelo tráfico, pelo comércio ou pela natureza “selvagem” de Cabo Verde em sucessivas crises de fome.

Logo, é oportuno e imprescindível afirmar que a somatória desses movimentos sócio-históricos ou a sua convergência no interior de cada ilha, entre as ilhas e entre o continente e as ilhas condicionou e determinou a natureza genética do Caboverdiano como uma língua caracteri-

zada por polaridades de sul e de norte, cuja diversidade é, a um só tempo, reflexo natural e consequência direta da complexidade do seu contexto formativo.

Neste ponto também, considera-se necessário salientar que a Hipótese da Linguagem de Reconhecimento, a Hipótese Continental ou Guineense ou a Hipótese Insular ou Caboverdiana, em separado, não constituem justificativa adequada para a origem do Pidgin/Crioulo da/na Costa Oeste Africana que está na base do Caboverdiano. Os movimentos sócio-históricos do período em que Portugal, outras nações europeias, a Guiné, o Arquipélago de Cabo Verde e todo o continente africano encontravam-se sob pressão do movimento expansionista sugerem a possibilidade da confluência de múltiplas causas ou multicausalidade.

No ambiente efervescente da Era dos Grandes Descobrimentos, os contatos prévios e/ou tardios e o povoamento desencadeado por fluxos e refluxos populacionais em migração forçada e/ou (in)voluntária entre a Guiné e Cabo Verde podem ter contribuído para formação de mais de um pidgin/crioulo na Costa Oeste Africana. Nesse caso, a Hipótese Ambígua afigura-se como melhor explicação, no momento, para o surgimento Pidgin/Crioulo da/na Costa Oeste Africana, do próprio Caboverdiano e para o fato de Caboverdiano e Guineense serem línguas aproximadas e, inegavelmente, interligadas por um fundo sócio-histórico comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Álvares D'. Tratado breve dos rios da Guiné. In: SILVEIRA, Luís. 1946. **Edição nova do tratado breve dos rios de guiné feito pelo capitão André**. Lisboa, 1594.

AMARAL, Ilídio do. **Santiago de Cabo Verde; a terra e os homens**. Lisboa, 1964.

CARREIRA, António. **Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde**. Lisboa: Instituto Caboverdiano do Livro, 1985.

CARREIRA, António. **O crioulo de Cabo Verde; surto e expansão**. 2. ed. Portugal: Gráfica Europam, Mem Martins, 1983.

CARREIRA, António. **Migrações nas ilhas de Cabo Verde**. Universidade Nova de Lisboa, 1977.

CARREIRA, António. **Cabo Verde; formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)**. Memória, número 24. Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1972.

CORREIA E SILVA, António L. **Nos tempos do Porto Grande do Mindelo**. Centro Cultural Português. Coleção Documentos para a História de Cabo Verde Praia- Mindelo, 2000.

COUTO, Hildo H. do. **O crioulo português da Guiné Bissau**. Hamburg: Buske, 1994.

COUTO, Hildo H. do. Lançados, grumetes e a origem do crioulo português no nordeste africano. In: D'ANDRADE, Ernesto. KIHM, Alan (Orgs). **Actas do colóquio sobre crioulos de base le-**

xical portuguesa. Colecção Actas e Colóquios. Edições Colibri, Lisboa, 1995, p. 109-122.

COUTO, Hildo H. do. **Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

HOLM, John. **Pidgins and Creoles.** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

MELLO, Heliana. Formação do Português Brasileiro sob a Perspectiva da Linguística do Contato. In: MELLO, H.; ALTHENHOFEN, Cléo V.; TOMMASO, Raso. **Os Contatos Linguísticos no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MENDES CORRÊA, A. **Ultramar português ii; ilhas de Cabo Verde.** Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca. Lisboa- MCMLIV, 1954, p. 01-25, 121-201.

NARO, Anthony J. A Study on the origins of pidginization. In: **Language- a journal of the Linguistic Society of America**, 54, n. 2, 1978, p. 314-347.

PAIGC. **História da Guiné e ilhas de Cabo Verde.** Afrontamento, 1974.

RIBEIRO, J. Carlos Teixeira. S/d. **Do povoamento de Cabo Verde ao estudo de polimorfismos enzimáticos.** Lisboa, p. 19-61, s/d.

ROCHA, Agostinho. **Subsídios para a história da ilha de Santo Antão.** Edição do Autor. Cabo Verde, 1990.

ROUGÉ, Jean Louis. A propos de la formation des créoles du Cap Vert et de Guinée. In: PAPIA. Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico. **Atas do colóquio sobre crioulos de base portuguesa e espanhola.** Vol. 3, número 2. Brasília: Thesaurus Editora, 1994, p. 137-149.

RUSSEL, P. E. Some socio-linguistic problems concerning the fifteenth-century portuguese discoveries in the african atlantic (English Translation of Problemas Socio-Linguísticos relacionados com os Descobrimientos Portugueses no Atlântico Africano, Academia Portuguesa de História, 2ª série 2, tomo 2. Lisbon, 1980, p. 229-250). In: **Portugal, Spain and the African Atlantic, 1343-1490.** Collected Studies Series CS496. Great Britain: Variorum, 1985, p.1-15.

TENREIRO, Francisco. **Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe; esquema de uma evolução conjunta.** Cidade da Praia- Cabo Verde, 1956.

TODD, Loreto. **Pidgins and creoles.** New Edition. Routledge, New York, 1992.

VERLINDEN, Charles. António de Noli e a colonização das ilhas de Cabo Verde. **Separata da Revista da Faculdade de Letras de Lisboa**, III série, no. 7. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1963.

Recebido em: 14/03/2019

Aprovado em: 22/06/2019